

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO**

### **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

#### **A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ÁFRICA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI) E O TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS (TADHP)**

**Orientanda:** Mahryan Sampaio Rodrigues

**Orientador:** Helton Reginaldo Presto Santana

**RESUMO:** Este trabalho objetiva apresentar uma análise sobre a atuação de duas cortes dos direitos humanos na África, a saber, o Tribunal Penal Internacional e o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos. Serão apresentados os fatores que levaram à internacionalização dos direitos humanos, bem como a criação dos mecanismos de proteção para o continente, buscando entender a função e efetividade de cada um nos dias atuais. O projeto também objetiva demonstrar casos dos tribunais que ilustram suas competências, envolvendo os países República Centro-Africana, Líbia, Bukina Faso e República do Mali, seguidos de análise comparativa. Por último, será abordada a questão da resistência dos Estados africanos frente às concepções universalistas de direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos. África. Direito Internacional Penal. Tribunal Penal Internacional. Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos.

**ABSTRACT:** This paper aims to present an analysis of the performance of two human rights courts in Africa, namely the International Criminal Court and the African Court on Human and Peoples' Rights. The factors that led to the internationalization of human rights will be presented, as well as the creation of protection mechanisms for the continent, seeking to understand the role and effectiveness of each one today. The project also aims to demonstrate cases of the courts that exemplify their competencies, involving the countries of the Central African Republic, Libya, Bukina Faso and the Republic of Mali, followed by comparative analysis. Finally, the question of the resistance of African States to universalist conceptions of human rights will be addressed.

**KEYWORDS:** Human Rights. Africa. International Criminal Law. International Criminal Court. African Court on Human and Peoples' Rights.

### **INTRODUÇÃO**

A Segunda Guerra Mundial tem seu fim em 1945, sendo a partir deste ano que as medidas em prol da justiça internacional tornam-se efetivas, motivadas pelas atrocidades e o cenário de destruição do pós-guerra. Consagrando-se como iniciativas pioneiras para o estabelecimento e evolução do direito internacional penal, são criados os Tribunais de Nuremberg e Tóquio. O primeiro foi estabelecido no mesmo ano em que findara o conflito, sendo responsável por julgar crimes contra a

humanidade, crimes de guerra e crimes contra a paz cometidos por nazistas. O último, estabelecido no ano seguinte, visava julgar líderes japoneses por crimes semelhantes ao primeiro. Contudo, apesar de representarem um significativo avanço, os mecanismos de justiça são classificados como tendenciosos:

Uma justiça manifestamente seletiva e parcial é fundada com base em critérios políticos, na medida em que, além da nomeação do coletivo de juízes e da produção de prova terem ficado a cargo dos vencedores, apenas os vencidos viriam a ser julgados, fatores que colocaram em causa a credibilidade de um tribunal que se pretendia exemplar e com carácter dissuasor no que a violação de Direitos Humanos diz respeito. (GUERREIRO, 2012, p.80)

Encobrendo conduta motivada por interesses, a narrativa buscava demonstrar que o julgamento se daria pela indignação mundial contra os crimes cometidos, ao invés da justiça feita pelos Aliados. Assim, seriam infrações que atingiriam interesses considerados fundamentais para todos, por violarem a chamada ordem pública internacional (PERRONE-MOISÉS, 2012), responsável por proteger a vida e a dignidade. No entanto, a especificidade dos Tribunais sobre seus alvos e objetivos impossibilitou a abrangência de outros casos de impunidades de agentes públicos<sup>1</sup>.

## **1. INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

A ascensão de debates acerca da proteção dos Direitos Humanos no plano internacional leva ao surgimento de iniciativas responsáveis por pensar essa necessidade, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo RAMOS (2019), os direitos humanos são definidos como o conjunto mínimo de direitos considerados essenciais para uma vida humana baseada na liberdade, igualdade e dignidade, e que ainda se beneficiam de garantias internacionais institucionalizadas. Elaborada por representantes de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, estabelecendo a defesa dos direitos como um objetivo mundial. Sendo assim, em concordância com a narrativa posta pelos países vencedores, o posicionamento busca um ideal comum do que seria a responsabilidade dos governantes e países no plano externo.

---

<sup>1</sup> Como exemplificação da impunidade de agentes públicos, é possível citar os crimes cometidos pelos Aliados na Segunda Guerra, como estupros em massa de mulheres alemãs, sequestros e assassinato, afundamento de navios civis alemães por submarinos ingleses e diversos massacres. Dentre os mecanismos de destruição em massa, destacam-se as bombas direcionadas à Hiroshima e Nagasaki. O Julgamento de Nuremberg negou-se a considerar denúncias de delitos dos Aliados, enquanto condenou severamente crimes de guerra do Eixo.

Na nova lógica de governança, os políticos deveriam garantir o bem-estar e manter a segurança nacional, enquanto o território continuava soberano e guiado pela doutrina do não-intervencionismo. Porém, ao considerar o Estado como autônomo, surge base normativa para argumentar que os estadistas são somente responsáveis por seu território, excluindo obrigações internacionais, de forma que estas é que deveriam estar subordinadas aos interesses estatais.

Por não se constituir em forma de tratado e não ter força de lei, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é julgada como insuficiente para garantir o respeito à vida humana sem apoio de outros setores. Por esta razão, é necessária a evolução do direito internacional penal. O sistema se consolida após o fim da Segunda Guerra, a partir do julgamento de delitos na ex-Iugoslávia e Ruanda por dois tribunais *ad hoc* (1993 e 1994). Todavia, estes estariam sempre subordinados à decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), no qual cinco países – Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China – teriam poder de veto, manipulando as ações de acordo com seus interesses. Dessa forma, cria-se um tribunal permanente para evitar a seletividade (LEWANDOWSKI, 2012). Assim, seguindo a lógica de estruturação, é criado o Tribunal Penal Internacional (TPI) como um mecanismo global. Posteriormente, surge o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos (TADHP), representando uma iniciativa regional de proteção.

## **2. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL**

O Tribunal Penal Internacional (TPI) possui sua sede em Haia, nos Países Baixos. Foi criado em 17 de julho de 1998, sendo estabelecido pelo Estatuto de Roma. Contudo, só inicia suas atividades em 2002, após conseguir a ratificação de 60 países por cooperação. Julgando crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão – sendo o último uma emenda – seu principal objetivo seria promover a justiça. Consequentemente, a atividade da Corte constitui-se no julgamento e condenação de indivíduos que tenham cometido crimes que desrespeitem os direitos humanos. É importante destacar aspectos normativos do tribunal, como a sua irretroatividade: o TPI somente julga crimes cometidos após sua criação. Contudo, para que o caso seja levado à Corte, é necessário que haja o esgotamento dos recursos internos. Além da criação do Tribunal e tipificação dos crimes, o Estatuto é

responsável por estabelecer padrões de tratamento, garantindo julgamentos mais justos e direito de defesa. Dentre os princípios norteadores do tribunal, estão *Complementariedade*: a Corte somente atua se o Estado falha no cumprimento da justiça; *Universalidade*: os Estados se colocam integralmente sob a jurisdição da Corte; *Responsabilidade Penal Individual*, o indivíduo responde pessoalmente por seus atos; *Irrelevância da Função Oficial*, autoridades podem ser responsabilizadas sem privilégio ou imunidade; *Responsabilidade de Comandantes e Outros Superiores*: exige que estes se esforcem para impedir crimes, sob pena de neles ficarem implicados; e *Imprescritibilidade*: de acordo com o qual a ação criminosa não terá a punibilidade extinta com o tempo (LEWANDOWSKI, 2012).

Além do Tribunal Penal Internacional, há outro mecanismo de proteção dos Direitos Humanos no continente africano: o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. Ao considerá-los atuando em um mesmo território para o estabelecimento de uma paz duradoura, é necessário entender como se dá sua coexistência.

### **3. TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS**

Após a Guerra Fria, é possível observar mudanças no cenário mundial referentes às novas estratégias de atuação e inserção dos países no plano internacional. Assim, o fortalecimento da África no século XXI requer enorme esforço, tendo em vista um continente assolado pela pobreza, guerras e corrupção. Portanto, o desenvolvimento e recuperação dos países africanos torna-se um desafio. Neste contexto, o agrupamento é uma possibilidade de ressignificação que, caso fosse bem sucedida, representaria um enorme avanço para a região. Desse modo, como resultado de uma evolução das tentativas de integração regional, a União Africana surge em 6 de julho de 2002, objetivando alcançar o nível de integração de um mercado comum, inspirada nos moldes da União Europeia.

Desse modo, a integração regional constitui-se como uma importante forma de conectar os países da África, na tentativa de superar as diferenças e criar uma comunidade. No ano seguinte à sua criação, a União Africana direciona-se para a contenção de crises da região e incentivar a integração efetiva entre os países. Sob os moldes pan-africanistas, é proposta a união de todos os povos africanos, com o

intuito de potencializar a voz do continente historicamente prejudicado pela herança colonizadora, a fim de que conquiste maior protagonismo no contexto internacional.

Dentre algumas das propostas do pan-africanismo, está a reestruturação social através de um remanejamento étnico na África. Consequentemente, seria possível restabelecer associações entre grupos separados durante a colonização e dissociar grupos rivais. Assim, o movimento que visa promover a defesa dos direitos do povo africano constituiria um único Estado soberano para africanos que vivem ou não no continente, considerando o fenômeno sociocultural e histórico da diáspora negra. Dessa forma, é proposta a reformulação do continente e suas conexões a partir de uma perspectiva africana das relações internacionais.

Em conformidade com a iniciativa de integração, o sistema africano funciona segundo os moldes da União Africana. Baseando-se na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981 (ou Carta de Banjul), e no Protocolo Adicional de 1998, é criada a primeira corte da África especializada em Direitos Humanos. O Tribunal Africano de Direitos do Homem e dos Povos (TADHP), como foi chamado, começa suas atividades em 2004, dois anos após o Tribunal Penal Internacional (TPI). Na percepção de Flávia Piovesan (2019):

A recente história do sistema regional africano revela, sobretudo, a singularidade e a complexidade do continente africano, a luta pelo processo de descolonização, pelo direito de autodeterminação dos povos e pelo respeito às diversidades culturais. Revela, ainda, o desafio de enfrentar graves e sistemáticas violações aos direitos humanos.

Adquirindo características singulares e especificidades locais, a Carta de Banjul destaca o compromisso em eliminar o colonialismo, reforçar tradições históricas e libertar totalmente a África da discriminação. O Tribunal surge posteriormente pelo incentivo da comunidade internacional, com resistência por parte dos Estados africanos que, recém-independentes - como Burkina Faso, Moçambique e Zimbábue - temiam pela soberania de seu território.

Diferentemente da tipificação feita pelo TPI, o TADHP tem jurisdição sobre quaisquer casos submetidos de acordo com interpretação da Carta. De acordo com seu Protocolo, a Corte pode receber solicitações da Comissão Africana, de Estados Partes no Protocolo ou Organizações Intergovernamentais Africanas. Contudo, dos 30 Estados-membros, 10 depositaram declarações aceitando a competência do

Tribunal para julgar casos apresentados por pessoas físicas e ONGs. A relação entre países e adesão ao art. 34<sup>2</sup> é expressa através da tabela abaixo:

<b>Lista dos Estados Partes que depositaram a declaração nos termos do número 6 do Artigo 34</b>			
<b>Nº</b>	<b>País</b>	<b>Data de Assinatura</b>	<b>Data de Depósito</b>
1	Benim	22/05/2014	08/02/2016
2	Burkina Faso	14/07/1998	28/07/1998
3	Costa do Marfim	19/06/2013	23/07/2013
4	Gana	09/02/2011	10/03/2011
5	Malawi	09/09/2008	09/10/2008
6	Mali	05/02/2010	19/02/2010
7	Tanzânia	09/03/2010	29/03/2010
8	Tunísia	13/04/2017	29/05/2017
9	Gâmbia	23/10/ 2018	-
Fonte: Site da União Africana			

Esta é responsável por alterações na legitimidade ativa – isto é, o sujeito que tem o direito de propor a ação – ampliando-a para os dois últimos agentes. Em relação à chamada legitimidade passiva – quem pode ser condenado –, é necessário ressaltar a diferença entre os tribunais. Para a Corte Africana, a legitimidade passiva é constituída por Estados. Entretanto, para o Tribunal Penal Internacional tal legitimidade é do indivíduo, por ser o réu da ação. A diferença é fundamental para compreender a atuação complementar de ambos.

#### **4.1. CASO PROMOTOR VS. BEMBA GOMBO (TPI)**

---

<sup>2</sup> Art. 34: No momento da ratificação deste Protocolo ou em qualquer momento posterior, o Estado deverá fazer uma declaração aceitando a competência do Tribunal para receber casos nos termos do artigo 5 (3) deste Protocolo. O Tribunal não receberá qualquer petição nos termos do artigo 5 (3) envolvendo um Estado Parte que não tenha feito tal declaração.

Art. 5: O Tribunal pode autorizar Organizações Não Governamentais (ONGs) relevantes com estatuto de observador perante a Comissão, e indivíduos para instituir casos diretamente perante em conformidade com o artigo 34 (6) deste Protocolo.

O caso ocorre na República Centro-Africana. O país ratificou o Estatuto de Roma em 2002, se comprometendo a contribuir com quaisquer investigações. O caso refere-se à condenação por crimes de guerra e contra a humanidade por ações ordenadas na condição de comandante. Representando a parte processante, está a Câmara de Primeira Instância do Tribunal Penal Internacional. Como parte processada, há o congolês Jean Pierre Bemba Gombo, político e ex-líder do Movimento de Libertação do Congo (MLC). A situação foi referida pelo próprio governo da República ao TPI em dezembro de 2004, e inquéritos foram abertos somente em maio de 2007.

O cenário das violações é a Guerra Civil da Líbia, na qual Bemba Gombo liderou o MLC. Soldados a seu comando dirigiram ataques à população civil, como estupro, pilhagem e assassinatos. Como general e responsável pelas tropas, não se pronunciou firmemente, havendo ausência de medidas para impedir a violência.

A Câmara de Julgamento afirmou que como comandante era responsável pelas ações de suas tropas nos termos do Art. 28 do Estatuto de Roma<sup>3</sup>, segundo o princípio de *Responsabilidade de Comandantes e Outros Superiores*. Os julgadores concluíram que ele teve controle sobre os soldados, e assim foi declarado culpado e sentenciado a dezoito anos de prisão no ano de 2017. Após entrar com recurso de apelação, o réu apresentou testemunhas que esclareceram as dificuldades logísticas e de comunicação, responsáveis por limitar a capacidade do general. Em 8 de Junho de 2018, a Câmara de Apelação decide absolver Bemba.

#### **4.2. CASO PROMOTOR VS. MUAMMAR MOHAMMED ABUMINYAR GADDAFI, SAIF AL-ISLAM GADDAFI E ABDULLAH AL-SENUSSI (TPI)**

O caso se passa na Líbia. O país não ratificou o Estatuto de Roma, tornando incerta a possibilidade do Tribunal exercer sua jurisdição. A investigação justificada pela Resolução 1970<sup>4</sup> do Conselho de Segurança das Nações Unidas em fevereiro de 2011, que representa a parte processante. Como parte processada, há Muammar

---

<sup>3</sup> No que se refere às relações entre superior e subordinado [...] o superior será responsável penalmente pelos crimes sob a jurisdição do Tribunal que tiverem sido cometidos por subordinados sob sua autoridade e controle efetivo, em razão de não ter exercido um controle apropriado sobre esses subordinados.

<sup>4</sup> A Resolução 1970 (2011) discorre sobre a responsabilidade de proteger, ressaltando a obrigação do governo líbio de proteger a população contra violações de direitos humanos. Caso o Estado não protegesse seus nacionais, a comunidade internacional teria direito e legitimidade para intervir.

Mohammed Abuminyar Gaddafi, primeiro ministro da Líbia na época e militar; Saif Al-Islam Gaddafi, político liberal e segundo filho de Muammar; e Abdullah Al-Senussi, cunhado do primeiro.

Em 15 de fevereiro de 2011, grupos de oposição ao governo de Gaddafi iniciaram protestos em Benghazi, Líbia. As manifestações espalham-se provocando a reação do Estado, que convoca combatentes para impedir as ações, resultando em combates abertos e morte de inúmeros civis. A ONU direciona seus esforços para solucionar o conflito, seguindo seu princípio de atuar para garantir a paz universal, mas Gaddafi não recua. O caso passa a ser acompanhado pela comunidade internacional, que se opõe à repressão favorecendo a Resolução 1973<sup>5</sup>, primeira a aplicar a responsabilidade de proteger nos conflitos.

Para a investigação o TPI alegou crimes de guerra, sendo expressos por tortura, tratamento cruel e ultrajes à dignidade; além de crimes contra a humanidade, como; assassinato, prisão, e perseguição. Após julgamento, um mandado de prisão foi emitido para Saif em 27 de junho de 2011. Em relação à Muammar, o processo foi encerrado em 22 de novembro de 2011, após sua morte. O processo de Abdullah foi declarado inadmissível em 11 de outubro de 2013, em razão do TPI transferir a responsabilidade para a Líbia. É mantida uma ordem de detenção a fim de encaminhá-lo para o país, mas nada se sabe sobre seu paradeiro. A mídia internacional afirma que se encontra na Mauritânia, que assim como a Líbia, não faz parte dos países signatários.

#### **4.3. CASO LOHÉ ISSA KONATÉ VS. BURKINA FASO (TADHP)**

Burkina Faso ratificou o Protocolo Adicional em 31 de dezembro de 1998, tendo o depositado em 23 de fevereiro do ano seguinte, estando sujeito ao julgamento do TADHP. O caso se refere à responsabilidade internacional do Estado por ferir a liberdade de expressão. A petição foi recebida em 14 de junho de 2013. Yakaré-Oulé (Nani) Jansen-Counsel e John R.W.D Jones Q.C. da equipe Media Legal Defence Initiative<sup>6</sup> (MLDI) agiram em nome de Lohé Issa Konaté, a parte processante, cidadão de Burkina Faso e editor da L'Ouragan Weekly.

---

<sup>5</sup> Dentre os pontos principais estão o estabelecimento imediato de um cessar-fogo; o fim completo dos abusos de civis; o congelamento de bens de autoridades líbias; e a implementação de sanções.

<sup>6</sup> Media Legal Defense Initiative é uma organização de direitos humanos que fornece defesa legal a jornalistas e mídia independente em todo o mundo que estão sob ameaça por suas reportagens.



Lohé teria publicado em 1º de agosto de 2012 o artigo “Falsificação e Lavagem de Notas Falsas - O Promotor de Faso, 3 Policiais e um Oficial do Banco - Mestres da Bandidagem”, seguido dos escritos “O Promotor de Faso: um oficial desonesto” e “O Promotor de Faso - um sabotador da justiça”. Tendo sido acusado por todos estes, o Promotor Placide Nikiéma apresentou uma queixa por difamação, insulto público e desacato, instaurando processos criminais e pedidos de indenização contra Konaté perante a Corte de Ouagadougou, que o declarou culpado. O jornal foi encerrado e, para além da pena de prisão de 12 meses, foi condenado a pagar uma alta indenização.

A representação da equipe alegou violação do art. 9º (direito à informação e liberdade de expressão) da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, art. 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos<sup>7</sup> e art. 66.2 do Tratado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental<sup>8</sup>.

Como ação prioritária, o Estado negou ter cometido violações. Recorrendo ao entendimento do Comitê da ONU sobre o caso, tendo este o interpretado como manifestação legítima da liberdade, a Corte terminou por discorrer sobre a importância do direito à livre expressão. Logo, ordenou que o país revertsse a sentença, indenizando o jornalista e divulgando a decisão. O Estado deveria ainda emendar sua legislação, a fim de torná-la compatível com os padrões internacionais, revogando as penas privativas de liberdade para atos de difamação. Burkina Faso implementou os recursos de forma rápida e completa.

#### **4.4. CASO COLLECTIF DES ANCIENS TRAVAILLEURS DU LABORATOIRES ALS VS. REPÚBLICA DO MALI (TADHP)**

O Mali ratificou o Protocolo Adicional em 10 de maio de 2000, tendo o depositado em 20 de junho do mesmo ano, estando assim sujeito à jurisdição do TADHP. O caso refere-se à denúncia de negligência de 1º de setembro de 2016. Possui como parte processante o Collectif des Anciens Travailleurs du Laboratoire ALS (Grupo de ex-trabalhadores do laboratório ALS), residentes do Mali, enquanto este representa a parte processada. O coletivo é composto de 113 indivíduos que

---

<sup>7</sup> Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão [...].

<sup>8</sup> [...] eles [os Estados] se comprometem a garantir dentro e entre si a liberdade de acesso dos profissionais de comunicação com fontes de informação; facilitar o intercâmbio de informações; promover e incentivar a disseminação de informações; respeitar os direitos dos jornalistas [...].

trabalharam no Laboratoire Australien Services (ALS), que o denunciaram em 4 de fevereiro de 2012.

O grupo exercia a função de análise química de amostras, determinando seu conteúdo em ouro e outros metais, sob manipulação de produtos tóxicos. Durante suas atividades foram contaminados com chumbo, alegando conhecimento do empregador, que teria escondido os resultados de contaminação. Após conhecimento dos fatos, reivindicações foram feitas, sempre seguidas de demissões. O grupo afirma ter tomado providências, sem que obtivesse quaisquer informações sobre o andamento do caso.

A parte processante afirma que foi violado seu direito à saúde, tal consta no art. 16 e 24 da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, bem como no art. 12 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC)<sup>9</sup>. Em razão do prolongamento oneroso do processo, o autor considera que foi violado o direito de que sua causa seja conhecida por um Tribunal, disposto no nº 1 do art. 7º e no art. 26 da Carta, assim como no nº 3 do art. 2º e no art. 14, presentes no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP)<sup>10</sup>.

A Corte inicialmente declarou-se competente, mas depois alegou a petição inadmissível em 28 de março de 2019 pela falta de esgotamento dos recursos internos. Portanto, cada Parte deveria suportar as custas do processo. Devido ao caso, a ALS dispensou seus funcionários e encerrou suas atividades no Mali.

#### 4.5. ANÁLISE COMPARATIVA

A dificuldade na implementação do caso *Promotor vs. Muammar Mohammed Abuminyar Gaddafi, Saif Al-Islam Gaddafi e Abdullah Al-Senussi* demonstra que a atuação, assim como a sobrevivência do TPI, está diretamente ligada à disponibilidade e interesse dos países para o cumprimento da justiça. A tabela abaixo demonstra a relação entre casos e cooperação com entrega de acusados:

<b>Dados sobre cooperação com a entrega de acusados em casos julgados pelo</b>
--

<sup>9</sup> Os Estados [...] reconhecem o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde. Os Estados Partes deverão assegurar esse direito incluindo as medidas necessárias para proporcionar a todos assistência médica e serviços médicos em caso de enfermidade.

<sup>10</sup> Art. 2: Os Estados Partes comprometem-se a garantir que toda pessoa, cujos direitos e liberdades tenham sido violados, terá seu direito determinado pela competente autoridade [...].  
Art. 14: Toda pessoa terá o direito de ser ouvida publicamente e com devidas garantias [...].

Tribunal Penal Internacional					
País	Quantidade de casos	Sem cooperação e sem entrega	Sem cooperação com rendição voluntária	Entrega de acusado por Estado africano	Entrega de acusado por Estado não africano
Uganda	2	1	1	-	-
República Democrática do Congo	6	1	2	3	-
Sudão (Darfur)	6	3	3	-	-
República Centro-Africana	2	-	-	1	2
Quênia	4	2	2	-	-
Líbia	3	3	-	-	-
Costa do Marfim	2	1	-	1	-
Mali	2	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>2</b>
Fonte: Tabela atualizada pela autora com base no desempenho do Tribunal Penal Internacional à luz do estudo sobre a cooperação com os Estados membros africanos.					

De 27 casos julgados, mais de 70% não contaram com colaboração, dado que remete às dificuldades de cumprimento das sentenças. Desse modo, o Estado somente decide cooperar quando lhe parece favorável. O *Caso Promotor vs. Bemba Gombo* é alvo de suspeitas sobre o posicionamento do TPI, sendo interpretado como uma medida de proteção ao presidente François Bozizé para a perpetuação do regime. Com a sentença, Jean-Pierre esteve afastado das disputas eleitorais.

No que tange ao sistema regional, o *Caso Lohé Issa Konaté vs. Burkina Faso* representa uma decisão histórica da Corte, que considerou o direito à liberdade de expressão pela primeira vez. É significativa ao afirmar que jornalistas não deveriam ser presos por difamação, caracterizando-se como marco jurisprudencial para a liberdade de imprensa em todos os países membros. Contudo, deve-se destacar a multidimensionalidade dos fatores que motivaram a rápida resposta do Estado. As sentenças foram adotadas em dezembro de 2014 e junho de 2015 e 2016, na

sequência de um governo de transição<sup>11</sup>. Por conseguinte, a implementação contou com fatores cruciais para sua facilitação, estando submetido aos interesses estatais. Em complemento, destaca-se o *Caso Collectif des Anciens Travailleurs du Laboratoires ALS vs République do Mali*, país em que as condições de trabalho regulares não estão em conformidade com as obrigações de direitos humanos, em particular na indústria de mineração. Entretanto, não conta com a assertividade da Corte referente aos ocorridos. Este constituiria o primeiro caso do TADHP responsabilizando um Estado por violações cometidas por empresas.

#### **4. A RESISTÊNCIA DOS ESTADOS AFRICANOS**

A conduta do TPI é alvo de atuais debates que a classificam como seletiva, questionando a razão do tribunal restringir seu olhar para África, considerando as violações de direitos ao redor do mundo como circunscritas a um continente. Consequentemente, os países africanos alegam a existência de uma perseguição política por parte do órgão, afirmando tratar-se de uma iniciativa que remete ao colonialismo e visões universalistas de direitos humanos, impondo visões ocidentais sem considerar a cultura africana. De acordo com GUERREIRO, 2012, p.132:

Os Estados de África tendem a resistir à imposição de soluções estrangeiras e privilegiam a aplicação das suas concepções sobre direitos, deveres e resolução de conflitos, pois estas soluções caseiras permitem-lhes gozar de elevada margem de discricionariedade na condução da sua linha governativa, aceitando, tal como os restantes Estados, incluindo as potências, a acção do TPI quando esta os favorece.

Objetivando livrar-se da acusação, a Corte elegeu uma cidadã africana como promotora-chefe no ano de 2011, permanecendo até hoje na mesma função. Fatou Bensouda é nacional da Gâmbia e afirma exercer seu cargo de forma imparcial, destacando a importância da colaboração entre os sistemas judiciais nacionais e o Tribunal. Mesmo obtendo respaldo significativo ao assumir o cargo, Bensouda chefia um TPI com recorrentes ameaças de evasão por parte dos países africanos.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>11</sup> O presidente em 2014 era Blaise Compaoré, militar responsável pelo golpe de Estado, tendo governado o país por 27 anos. Seu governo está implicado em diversos abusos de direitos humanos, que incluem morte de um repórter. Foi sucedido por Roch Kaboré, primeiro-ministro da gestão Compaoré. O político rompeu relações com o ex-presidente e venceu eleições no ano seguinte.

O Tribunal Penal Internacional representa avanços para a proteção de direitos humanos no âmbito internacional, especialmente no que se refere à responsabilização do indivíduo por graves crimes. Ao contrário do Tribunal Africano que possibilita diversas interpretações a partir de sua Carta, a Corte Penal de Haia é específica ao tipificar e descrever as violações sob sua jurisdição, restringindo interpretações. Em adição, suas heterogeneidades se expandem também para o campo da legitimidade ativa. Sendo assim, é possível inferir que os mecanismos de proteção são complementares.

No entanto, os casos finalizados compreendem somente violações ocorridas na África, revelando posicionamentos muito mais austeros e regionais ao invés de globais. Em contraposição, o Tribunal Africano é visto como uma alternativa para reforçar o potencial emancipatório da política dos direitos humanos em busca do resgate de identidade. Como uma iniciativa própria, baseia-se em um instrumento internacional que aborda as especificidades da região, percebendo que apesar de ser possível o compartilhamento de valores, não há como justificar a superioridade de um valor de uma cultura sobre outra. De acordo com análise a respeito dos desafios da instituição, a Corte afirma que “do ponto de vista administrativo, a insuficiência de recursos humanos e financeiros também tem afetado o bom funcionamento do Tribunal”. Casos de sucesso como *Lohé Issa Konaté vs. Burkina Faso* são referências, mas também exceções em relação ao cumprimento de sentenças do TADHP. Todavia, exemplifica a importância de se pensar um mecanismo regional de proteção no continente que responsabilize os Estados. Enquanto o TPI recebe críticas relacionadas à atuação colonialista impondo a cultura ocidental para a África, o TADHP é acusado de atuar de maneira corruptível, relevando violações dos países-membros e perpetuando desigualdades.

Entretanto, apesar de falhas, as Cortes apresentam evoluções no setor da justiça internacional penal, fazendo-se necessário que o cumprimento da lei, autonomia e cooperação sejam prioridades no exercício dos pares. Em busca de uma África não somente independente e liberta da administração colonial, mas também autônoma e justa para todos, cumprindo a prometida dádiva de esperança às gerações futuras.

## **Referências**

CARTA Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Disponível em: <[http://dhnet.org.br/direitos/sip/a\\_pdf/carta\\_africana\\_pires.pdf](http://dhnet.org.br/direitos/sip/a_pdf/carta_africana_pires.pdf)>. Acesso em: 08 ago 2019.

GUERREIRO, Alexandre Neto. A resistência dos Estados Africanos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional. Coimbra: Almedina, 2012.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. O Tribunal Penal Internacional: de uma cultura de impunidade para uma cultura de responsabilidade. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200012)>. Acesso em: 08 ago 2019.

PERRONE-MOISÉS. Claudia. Direito internacional penal: imunidades e anistias. São Paulo: Manole, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. Processo internacional de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2019.

\_\_\_\_\_. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. São Paulo: Saraiva, 2019.

TRIBUNAL Africano de Direitos do Homem e dos Povos. Disponível em: <<http://pt.african-court.org/>>. Acesso em: 08 ago 2019.

TRIBUNAL Penal Internacional. Disponível em: <<https://www.icc-cpi.int/>>. Acesso em: 10 ago 2019.